



A TERRITORIALIDADE CAMPONESA NA FRONTEIRA-LIVRE NA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE: 1903-1939

YOKOO, Edson Noriyuki¹; SERRA, Elpídio²

RESUMO

Este artigo tem objetivo principal de compreender a des-re-territorialização dos camponeses-pobres na “ilha do cerrado” de Campo do Mourão e região periférica, entre 1903 a 1939, na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. A pesquisa se baseou na literatura especializada, nas entrevistas dos pioneiros publicadas em 2001 e 2002 no jornal Tribuna do Interior, de Campo Mourão e acrescido dos depoimentos concedidos por atores sociais para o autor deste estudo. A pesquisa demonstrou que o processo de ocupação da fronteira-livre do Campo do Mourão envolveu a formação de uma complexa rede de informações entre os familiares e amigos dos camponeses desencadeando a des-re-territorialização e reprodução social nos descampados de Campo Mourão.

Palavras-chave: Camponeses; Território; Sertão.

THE TERRITORIALITY PEASANT IN BORDER-FREE IN WEST PARANAENSE CENTRAL REGION: 1903-1939

ABSTRACT

This article has main objective to understand the de-re-territorialisation of the poor peasants-"Island of the cerrado" Campo Mourao and the peripheral region, between 1903-1939, in Meso West Central Paranaense. The research was based on literature, interviews of pioneers publicadas em 2001 and 2002 in the newspaper Tribuna the Interior of Campo Mourao and plus testimonials granted by social actors to the author of this study. The research demonstrated that the process of occupation of the border-free Campo Mourao involved in the formation of a complex network of information among family members and friends of the peasants triggering the de-territorialization and re-open spaces of social reproduction in Campo Mourao.

Key words: Peasants; Territory; Hinterland.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como intuito analisar o processo da des-re-territorialização das primeiras levas de famílias de camponeses-pobres que migraram em meados do século XX para o cerrado de Campo do Mourão, no noroeste paranaense.

¹ Professor Adjunto do Colegiado de Geografia – UNESPAR – campus de Campo Mourão. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado/Doutorado, da Universidade Estadual de Maringá. E.mail: enyokoo@gmail.com.

² Professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá. E.mail: elpidio_serra@hotmail.com.

A apropriação territorial coube aos atores sociais invisíveis da sociedade brasileira e paranaense, isto é, aos camponeses: paulistas, mineiros e colonos ucranianos e seus descendentes da antiga região colonial Centro-Sul paranaense que por intermédio das redes de contatos familiares e de amigos obtiveram a informação dos terrenos devolutos da fronteira-aberta do vale do Piquiri-Ivaí.

O recorte temporal de 1903 – 1939, referente à ocupação territorial do vale do Piquiri-Ivaí, corresponde ao avanço da frente de expansão demográfica, assim “quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho” (MARTINS, 1980, p. 60) para a subsistência familiar.

Neste processo, contribuiu o interesse do Estado em atrair os excluídos da terra da frente de expansão demográfica do sudeste/sul brasileiro para ocupar a região florestada do oeste paranaense que se apresentava (quase) despovoada em meados do século XX. Assim, o processo de desterritorialização implicou necessariamente numa reterritorialização dos camponeses.

Este também estruturou a rede de contatos e/ou amizades. Os primeiros grupos que migraram para a fronteira-livre dos Campos do Mourão e, assim que descobriu a possibilidade do apossamento da terra, retornaram e/ou enviaram mensagens para o restante do grupo familiar e/ou amigos (cunhados, vizinhos, conhecidos, etc.) do local de origem para migrarem e, assim reproduzir-se socialmente no interior do Paraná.

A disponibilidade de terras públicas; a existência das manchas de campos ou de campinas se tornaram atrativos para as famílias camponesas, sejam de pequenos proprietários ou arrendatários da frente de expansão demográfica paulista e mineira para a migração e re-territorialização no vale do Piquiri-Ivaí.

Portanto, nos fundamentamos nas redes das relações sociais e na des-re-territorialização camponesas na formação do território-rede (HAESBAERT, 2006), construídas a partir da trajetória individual ou familiar de alguns dos primeiros atores sociais que constituíram posses de terras nos Campos do Mourão e região do entorno.

No pensamento de Scherer-Warren (2007), as redes sociais são constituídas por relacionamentos coletivos a partir da interconexão em rede, desde locais (primárias) gestadas no dia-a-dia, até as redes originadas a distância (secundárias), estruturadas por inter-relacionamento de parentesco e dos círculos de amigos e de compadrios no mundo rural brasileiro.

Nos estudos de Santos (2007), é a partir do conhecimento empírico obtido na prática cotidiana dos que deslocam de um lugar para outro; a variação das práticas sociais e o modo como utilizam os recursos disponíveis; os contatos mantidos no deslocamento por diferentes espaços. Compreender as redes sociais implica desvencilhar as práticas espaciais dos atores sociais migrantes.

2. A DES-RE-TERRITORIZAÇÃO CAMPONESA NOS DESCAMPADOS DE CAMPO DO MOURÃO

A motivação para migrar para a fronteira-aberta do cerrado do Campo do Mourão foi decorrente da decisão familiar de José Luiz Pereira de mudar. De acordo com Lara (2003), “[...] para os sertões do Paraná fora o assassinato de um dos seus irmãos por um vizinho de terras em Santa Cruz do Rio Pardo (SP)” (LARA, 2003, p. 38) e, para evitar outras mortes por vinganças entre as famílias litigantes preferiu vir, segundo o autor Lara: “As matas virgens do Paraná despertavam o desejo de posse e a notícia da existência de um campo próprio para criar gado dava a ideia de um eldorado” (LARA, 2003, p. 28). Assim, escreveu Lara, sobre o périplo do grupo familiar dos Pereira:

Em 1897, o senhor José Luiz Pereira formou uma caravana, com dois carros de bois, cavalos, algumas mulas cargueiras, e junto com seus filhos, sua mãe [...] e seus irmãos [...], rumaram para o Paraná. Como o norte do Paraná era mata fechada era natural que eles fossem primeiro percorrendo as regiões já desbravadas. Em terras paranaenses, passaram por Jaguariaíva, Pirai do Sul, Castro, Ponta Grossa, Imbituva e Prudentópolis até atingir Guarapuava, em abril daquele ano. [...] foram tantas tentativas, pois as dificuldades eram tantas, mata adentro!. Assim, em 16 de setembro de 1903, a família de José Luiz Pereira chegou a Campos do Mourão (LARA, 2003, p. 38).

Com o aporte da família dos Pereira depois da viagem de carros de bois (típicos da zona rural do interior paulista), das carroças trazendo as mudanças, as ferramentas de trabalhos, as sementes e os mantimentos para os primeiros meses, e acompanhados do grupo familiar³ e de agregados para conquistar o pedaço de chão no Campo do Mourão. A Figura 1 documenta a partida da família de José Luiz Pereira, de sua cidade natal do interior paulista.

A des-territorialização destes atores sociais está relacionada de acordo com Martins por ser “o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses—posseiros é uma história de perambulação” (MARTINS, 1997, p. 17), isto é, a constante expulsão dos trabalhadores rurais da terra e forçado a dirigir-se para reproduzir nas novas frentes de expansão demográfica, sempre adiante das frentes pioneiras formadas pelas empresas de colonização.

³ Formados pelo casal: José Luiz Pereira e esposa Maria Silvério Pereira; os filhos: José Cândido, João Barnabé, Pedro Ovídio, Antônio Almonia, Luiz Pereira e Maria Luiza e o marido José Martins de Oliveira Melo; vieram, também, os cunhados Manoel Silvério e Sebastiana Silvério. Ao todo constituídos por 11 indivíduos migrantes.



Figura 1 – Partida da família Pereira, de Ilha Grande (SP).
Fonte: Poster do V aniversário do APIM/FUNDACAM.

A viagem descrita é importante, pois permite compreender o contexto e o périplo da migração por diferentes espaços. A viagem da família Pereira durou seis anos (1897-1903), realizada em etapas. Partiu do povoado de Ilha Grande, no interior paulista e atravessou o território paranaense pelos Campos Gerais seguindo a picada aberta para a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande até a região de Ponta Grossa e, deste seguiu o caminho tropeiro até Guarapuava.

Depois de alguns meses de descanso e manutenção das carroças prosseguiu para a região de Pitanga e, nesta localidade a partir da rede de amizade passou a “cuidar e explorar uma posse de terra de amigos guarapuavanos” (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7) e, para obter algum dinheiro passou a trabalhar para os pecuaristas guarapuavanos.

Somente depois de alguns anos caminhando por picadas indígenas e, muitas destas tomadas pela vegetação, tomou um rumo desconhecido e outras trilhas foram feitas a facção por José Luiz Pereira. Depois de várias tentativas é que se conseguiu chegar aos descampados de Campo do Mourão, neste momento:

[...] explorou boa parte do lugar. Primeiro, buscou uma boa água [...]. Mais tarde ateou fogo no capim e na capoeira para marcar a terra “descoberta” depois de tantos sacrifícios, idas e vindas frustradas. Retornou a Pitanga, feliz, e contou a boa nova a família (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

A ilha do cerrado não estava totalmente despovoada, pois os camponeses-possesores tiveram a companhia sazonal da “população flutuante de índios andarilhos, remanescentes de primitivos grupos étnicos [Kaingang e Xetá], formando, toldos instáveis no espaço e nos respectivos comandos” (VEIGA, 1999, p. 55). Mais um indicador de que a região teve na sociedade indígena também como

atores sociais conhecedores das entradas/saídas do território, portanto, não estava totalmente desabitado e limpo socialmente em meados do século XX.

A família Pereira “decidiu se fixar nos Campos do Mourão, recomeçar a vida, trabalhar e tomar posse da terra” (BATHKE JUNIOR, 2007, p.7), construindo no local a primeira casa. Através da rede de contato com os pecuaristas guarapuavanos: “Conseguiu 61 animais *vacum* (46 novilhas, 10 vacas, 3 touros e 2 bois), além de 20 cavalos, éguas, burros e mulas. Ganhou duas sacas de sal grosso” (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7). Na realidade, a manada foi negociada em condições favoráveis em termos de preços e prazo de vários anos para pagamento, pois os guarapuavanos tinham o interesse na expansão da frente pecuária no cerrado do Campo do Mourão, conforme podemos visualizar o descampado pela Figura 2 situado a meio caminho entre Guarapuava (local das invernadas) e o sul de Mato Grosso (área de criação do gado *vacum*) na região de Dourados.

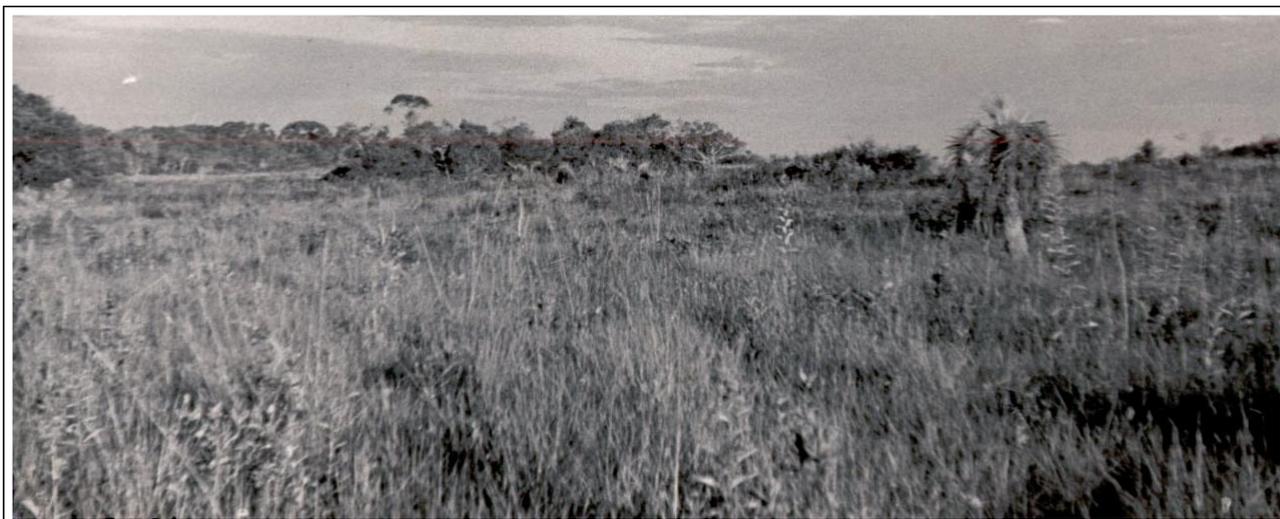


Figura 2 – Vista panorâmica do cerrado de Campo Mourão, 1948.
Fonte: Acervo do Prof. Dr. João José Bigarella

No dia vinte cinco do mês de maio de 1907, o governo paranaense firmou contrato com o Eng^o Carlos Thaty para alargar a picada entre Pitanga e Campo do Mourão (132 km) para permitir a passagem dos cargueiros (carros de bois) e tropas de mulas entre Guarapuava e Campo do Mourão (PARANÁ, Relatório apresentado por Francisco Gutierrez Beltrão, 1907, p. 129-134).

Com a melhoria da picada permitiu a entrada dos novos fluxos de camponeses para ocupar as terras e se reproduzir socialmente no sertão do vale do Piquiri-Ivaí. Em consequência vai inserir o descampado na dinâmica econômica e territorial com a sociedade campeira do Paraná Tradicional.

Por intermédio da rede de contatos, chega à informação até a família dos Custódio de Oliveira, assim de acordo com o depoimento de Joaquim Teodoro de Oliveira: “Ouviram falar do Campo do

Mourão por mensageiros dos Pereira, de Ilha Grande (SP)” (BATHKE JUNIOR, 2002, p.7). Assim, decidem migrar para o interior paranaense para conquistar o *pedaço de chão*. No entanto, Oliveira destaca:

[...] foram mais de três anos de viagem [Ilha Grande – Campo do Mourão]. Vieram a cavalo e as *tralhas* em cargueiros. Ocuparam pequenas áreas de terra devoluta, a margem direita do rio do Campo (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

De acordo com as práticas (explícita ou não) da sociedade camponesa a apropriação se dava após certificar-se de que área estava livre e desocupada. No entanto, este costume não terá serventia a partir da apropriação privada das terras da região a partir de 1939, dando início da colonização oficial e particular.

Com a ocupação das terras pretendida, procedeu-se que de acordo com Oliveira “Cada um construiu o seu ranchinho de pau-a-pique, chão batido, coberto com sapé (capim de folha larga)” de modo provisório e, mais adiante acrescenta alguns anos: “Depois construíram casa de madeira coberta de tabuinha. As tábuas eram de pinheiro. Eles tinham o traçador (serra)” (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

De modo que, para Oliveira “Na chegada plantaram a cana prá fazer o açúcar, o feijão, bastante batata-doce, mandioca, milho e especialmente o café” (BATHKE JUNIOR, 2007, p. 7) com objetivo de subsistência familiar e eventual excedente era colocado no mercado e/ou trocados por outras mercadorias.

Evidenciamos nos depoimentos a baixa monetarização nas relações comerciais, portanto, de difícil acumulação de algum recurso financeiro e, percebemos a utilização da cooperação (ajuda mútua) entre os camponeses na fronteira-aberta:

As compras eram feitas em Guarapuava. Nem tinha Pitanga, ainda! [1910] O nosso pessoal viajava em tropas. Iam comprar o querosene, o sal, algumas roupas prá vestir, pólvora... Não tinha dinheiro... eles levavam arroz e café limpo, socados no monjolo... couros de bichos que eles matavam... Eles se revezavam nas viagens de compras, mas cada animal era de um dono, tinha seu pedido e os produtos prá trocar. Transportavam tudo, em lombo de 15, 20 mulas, em bruacas (caixas) de couro, prá não molhar os mantimentos (BATHKE JUNIOR, 2001, p. 7).

Outra característica da sociedade camponesa é que além da roça, e a criação de porcos, conforme destaca Oliveira “[...] arrumavam os porquinhos prá engorda!!!. A banha era de porco gordo”, mais adiante acrescenta: “O sabão de cinza e barrigada. A carne de caça... tinha dois.. três cachorros profissionais (práticos), prá caçar cada tipo de bicho”, deste modo, os Oliveira “Preferiam terras onde dava palmito, que diziam: era melhor para plantar café” (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7), conforme podemos observar pela Figura 3, José Custódio de Oliveira e o seu cafezal na foto tirada em 1926 na região do Campo do Mourão. Apesar de não termos os dados da área plantada de café, certamente,

deve ser para consumo familiar e algum excedente (quando da não ocorrência de intempéries climáticas) comercializado em Guarapuava.

Quanto ao relacionamento social, de acordo com entrevista concedida por Oliveira para Bathke Junior, relembra: “Naquele tempo só existiam aqui [Campo do Mourão] as famílias Pereira e Custódio, então o jeito era casar prima com primo” se identificam como agricultores familiares, enfatizado por Oliveira: “Meus avós eram trabalhadores rurais no interior de São Paulo. Vieram pra cá possuir terras” (BATHKE JUNIOR, 2002, p.7) isto é, se tornarem camponês-possesores/proprietário em contraposição na região de origem era trabalhadores arrendatários, isto é, pagavam rendas (produtos e/ou em dias de trabalhos) para o proprietário das terras.

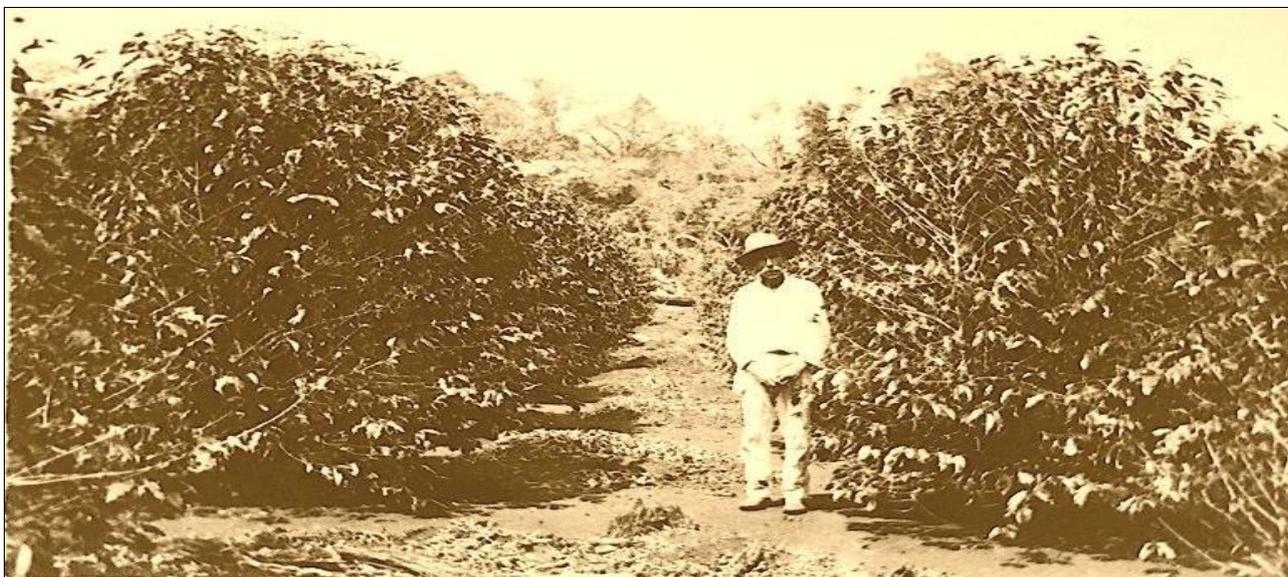


Figura 3 – Café de José Custódio de Oliveira, 1926 (Foto de Alexandre Linzmeyer).

Fonte: http://tasabendo.com.br/passadoPresente/geral/20915/Campo_Mourao_em_1926.html

Desde o advento da Lei de Terras de 1850, a compra era a única forma de se tornar proprietário de terras. No entanto, para a legalização das posses, fica evidente a falta dos recursos financeiros, tanto que, “As terras ocupadas pela família dos Custódios de Oliveira, foi legalizada mais de 20 anos depois” (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

O procedimento era: “Pegavam lotes pequenos porque achavam que nunca ia conseguir pagar” os baixos preços da terra e o desconhecimento dos meandros da burocracia e registro em cartório (impostos + taxas), levando-se em conta de os camponeses apresentarem baixa escolaridade e alguns serem analfabetos e ir até os órgãos públicos em Guarapuava e em Curitiba. Assim, afirma Oliveira: “O pai de papai ficou só com 100 alqueires [242 ha], no começo a posse foi pacífica” (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

O camponês José Luiz Pereira, o primeiro a radicar na região e que não conseguiu lidar com a burocracia para legar a posse da terra. Voltou a migrar solitariamente, agora para o Estado de Mato Grosso, conforme depoimento:

Segundo entrevista com seu neto Eurides Pereira a dificuldade de registrar a terra era arrumar dinheiro para ir a cavalo até Curitiba. Depois de registrada a terra, o proprietário teria de pagar uma pequena taxa mensal para o governo. Mas as dificuldades financeiras eram tantas que meu avô não tinha dinheiro nem para pagar os custos da viagem. [...] Decepcionado por não conseguir o título da terra e em virtude da morte de sua esposa, José Luiz Pereira mudou-se de Campo Mourão, deixando sua família. (LARA, 2003, p. 78).

A fronteira-livre do sertão do Piquiri-Ivaí caracterizado pela baixa pressão demográfica sobre a terra, no início do século XX não implicou em maiores conflitos fundiários:

[...] os posseiros que tinham aqui não brigavam entre si. Eram tudo irmãos, parentes, compadres... Era tanta terra devoluta (do Estado), que uma vez papai cedeu um requerimento de posse, de 500 hectares, no Paraná do Oeste [distrito de Moreira Sales], pro Capitão Renato Romeiro. Era comum alguém chegar e dizer: Você tem tanta terra, dá um pouco prá mim?... E papai e meus tios davam os requerimentos de terra (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

Outro ator social é José Luiz Arana originário da cidade de Ponta Grossa, chegou ao final da década de 1930:

A vila de Campo Mourão não tinha mais do que 10 ou 15 ranchos. O acesso ao território mourãoense era por entre picadas. Não existia traçado urbano e não se vislumbrava uma cidade. O cerrado era cortado por estradinhas marcadas pelas rodas chapeadas das carroças (BATHKE JUNIOR, 2002, p.5).

A Figura 4 é uma visão panorâmica da área central do vilarejo de Campo Mourão, desmembrado do município de Pitanga, em 1947. Pode se perceber além dos terrenos vazios a utilização das madeiras nas construções.

Igualmente, os camponeses que o precederam, praticaram a agricultura de coivara e a criação do gado muar (utilizado nos transportes e tração animal na roça) e a criação de porcos caipiras pelo sistema conhecido por safras que se disseminou em regiões subpovoadas e regiões florestadas para transformar as roças de milho e os frutos nativos do pinhão, as raízes entre outros em carne e banha. Esta atividade somente subsistiu porque o porco caipira era levado caminhando até os mercados compradores.



Figura 4 – Vista panorâmica de Campo Mourão, 1948.

Fonte: Acervo Prof. Dr. João José Bigarella.

De acordo com Bathke, baseado em depoimento da família Arana:

Com o início do desmatamento a base da “coivara” (queimada das árvores derrubadas) e a abertura da terra, passou a criar cavalos e porcos meios soltos que, uma vez por ano (safra), eram reunidos, confinados nas roças de milho para ganharem peso, tocados a pé por entre matas e rios, vendidos no patrimônio de Apucarana, em jornadas que duravam cerca de um mês (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 5).

Para Arana as maiores dificuldades para a caminhada das tropas de porcos: “Nestas viagens o maior obstáculo era o rio Ivaí, atravessado a nado. Quando chovia precisa acampar e esperar a água baixar, dias às vezes semanas”, mais adiante detalha a divisão do trabalho no encaminhamento da tropa:

[...] foi “tocador” de tropas de mulas (cargueiros) e “puxador” de porcos. Esse trabalho “madrinheiro” geralmente era executado por rapazote que ia na frente da tropa com a “égua madrinha” (sinoeiro) ou chamando a porcada. Disponha de um bernal de pano, sempre cheio de milho debulhado, a tiracolo. O milho jogado a pequenos lanços é o que atraía e mantinha os porcos reunidos na trilha. Os de trás atropelavam os da frente por causa do alimento, e assim iam. À noite faziam-se “cercas” de galhos de arbustos para “prender” os animais. Mantinham-se fogueira acesa para “espantar” as onças. Os cachorros mateiros eram indispensáveis nestas viagens. Pressentiam e “avisavam” (ladravam) qualquer barulhinho ou aproximação (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 5).

Ademais, podemos perceber que a frente de expansão na região do Campo do Mourão, a atividade predominante foi à agricultura de subsistência; a criação de porcos pelo sistema de safras para a subsistência familiar e os excedentes comercializados em Apucarana, Pitanga e Guarapuava.

Neste sentido, esclarecedor é o depoimento de Quirino Dornelles Barboza, que descreve a produção agrícola, o mercado comprador e a relação não capitalista de trabalho em região de fronteira-aberta:

O que mais a gente levava nos cargueiros era café e arroz limpo [para trocar com outras mercadorias manufaturadas]. O milho era prá alimentar os cavalos, as mulas de carga ou as porcadas que a gente levava, tocada a pé, daqui prá Guarapuava, pelo meio do mato, com os porcos, cachorros e os camaradas que depois a gente pagava um pouco com capado (porco gordo) e outra parte em dinheiro (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

Mais adiante, Barboza detalha:

Vou te contar como era: uma vez por ano a gente fazia roça de milho. Soltava os porcos ali no milharal espigado. Fazia a safra (engorda) de uns quarenta... cinquenta animais e tocava pelas picadas. Na frente ia o puxador, chamando. Jogava milho debulhado no chão e a porcada vinha. Atrás iam os camaradas e os cachorros ensinados, cercando. A mesma coisa era com a tropa de mulas. Iam soltas, mas tinha o sinoeiro com um sino no pescoço do cavalo. Os animais seguiam aquele som. Quando o badalo parava de tocar os cargueiros se juntavam em volta do guia (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

Barboza acrescenta:

Tudo era produzido aqui e tirado da terra muito boa de planta. De fora só comprava sal, farinha de trigo, tecidos, calçados, munição prá caçar e o arriame de montar (a cavalo) e puxar carroça. Os carros de bois, as cangas, as carroças... se fazia aqui mesmo. Tudo de pau e ferragem forjada no fogo e moldada com marreta na bigorna. Sempre aparecida um ferreiro... um carpinteiro bom, no meio dos homens. Tinha gente de todo ofício. Um ajudava o outro na base do dia-trocado... pagava com alimento ou um pouco de dinheiro. A comida e a água valiam mais que moeda (BATHKE JUNIOR, 2002, p. 7).

No entanto, a estimativa demográfica da população para 1909/34 conforme atesta o Quadro 1, Campo do Mourão e entorno é de uma população camponesa incipiente e rarefeito que foi a construção do chamado Picadão, em 1918 ligando Guarapuava – Campo Mourão – Mato Grosso, permitindo a passagem do rebanho de gado, conforme opina Teixeira:

O picadão nessa época era muito importante para o desenvolvimento geoeconômico do Estado. Em virtude do fato, em 10 de julho de 1918, o cidadão Manoel Mendes de Camargo, com o intuito de melhorar e ampliar o picadão, estabelecendo uma rota comercial com o Estado de Mato Grosso, viabilizando o transporte de animais para os grandes centros que ligaria o Estado do Paraná com o Mato Grosso, facilitando a comercialização entre os mesmos (TEIXEIRA, 2001, p. 5).

Sem dúvida, a melhoria das condições de tráfego das picadas deslanchou o avanço da frente de expansão demográfica pelo vale do rio Piquiri-Ivaí. Pois, vejamos as estimativas demográficas no Quadro 1:

ANO	POPULAÇÃO
1909 ¹	100
1921 ²	200
1934 ²	2.000

Quadro 1 – População da região dos Campos do Mourão (1909/1934)

Fonte: 1. VEDDER, Padre Francisco; 2. CARVALHO, 2008, p. 41.

População estimada para o período de 1909/34 é constituída de caboclos e de camponeses pobres (ignorando a população indígena) e são em sua maioria formada por migrantes da frente de expansão paulista, mineiros, guarapuavanos, e mais tarde acrescido pelos imigrantes eslavos da região colonial de Irati e Prudentópolis entre outros.

Ademais, a diminuta densidade demográfica para o ano de 1934 daria o inexpressivo 0,17 habitantes por km², conforme o Quadro 1, fez com que em 1934: “[...] nenhuma casa comercial existia ainda, mas o Distrito já contava com 34 eleitores” (VEIGA, 1999, p. 55). Portanto, as trocas comerciais eram efetuadas em Guarapuava e em Pitanga.

3. OS NOVOS ATORES SOCIAIS: OS CABOCLOS E COLONOS ESLAVOS NO INTERFLUVIO DOS RIOS PIQUIRI E IVAÍ

A colonização espontânea de modo rarefeito foi efetuada por caboclos e colonos eslavos avançando por precárias picadas de Guarapuava até a Serra da Pitanga. A partir desta se utilizou as trilhas indígenas para penetrar no sertão do divisor dos rios Ivaí e Piquiri, e no vale fluvial deste, confirmado por Bernardes (1953):

[...] o povoamento já se iniciara espontaneamente desde o começo do século [XX]. Aí se haviam instalado, em número bastante elevado, caboclos e colonos de origem estrangeira, especialmente poloneses e ucranianos vindo das velhas colônias do Leste (Rio Claro, Prudentópolis) (BERNARDES, 1953, p. 351).

Pode-se observar pela Figura 5 a incipiente rede de picada/trilhas de penetração de Guarapuava em direção à Pitanga e Campo Mourão, deste último a picada continuava em direção ao rio Paraná (Porto Xavier da Silva), e a outra trilha com vários ramais indo em direção ao rio Piquiri (Porto Piquiri). Estas foram às picadas ervateiras construídas pelo obragero Julio Tomaz Alica.

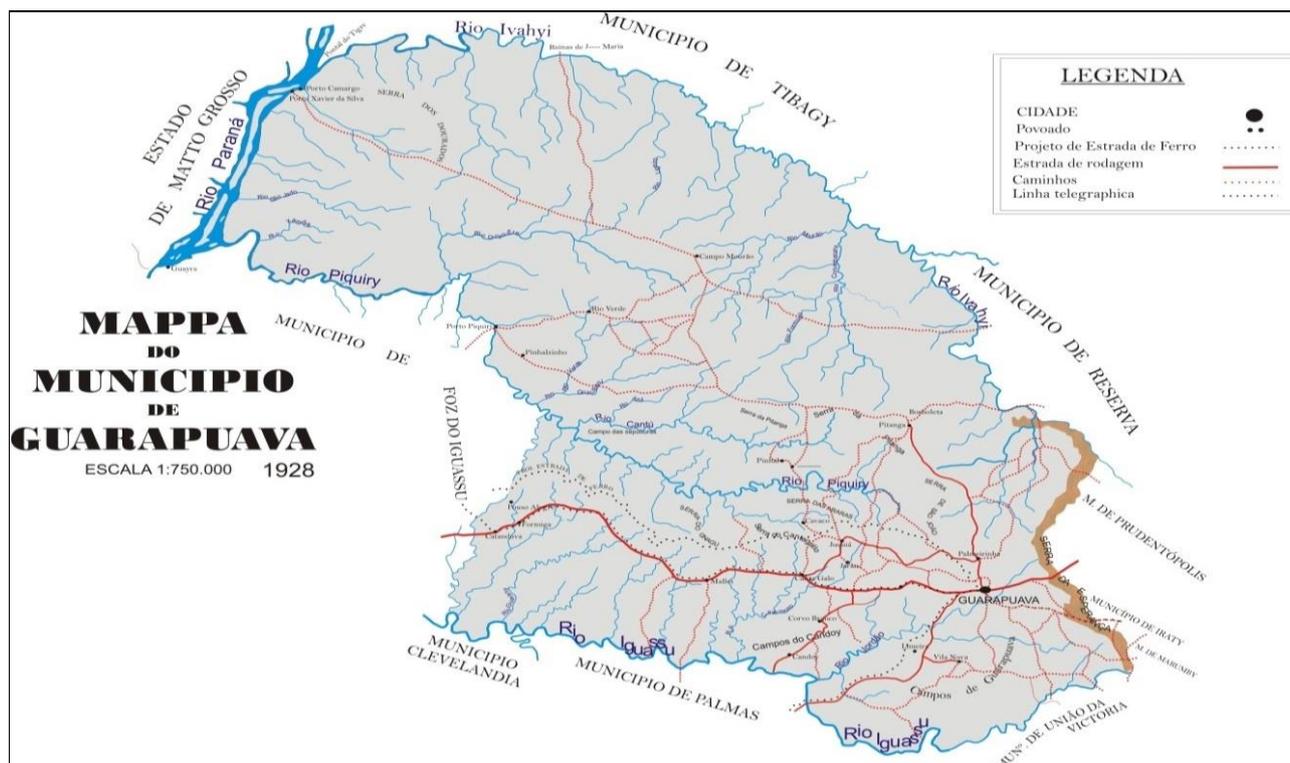


Figura 5 – Mapa do município de Guarapuava e a rede de estradas e picadas, 1928.
Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava.

A corrente migratória dos colonos eslavos oriundos da região colonial de Irati e Prudentópolis começou a deslançar “[...] o povoamento por caboclos e colonos em 1920 já atingia Pitanga e em 1940 Campo Mourão” (BERNARDES, 1953, p. 381), ambos passaram a dedicar-se à criação extensiva de porcos caipira (ou bagual), e esta se tornou a atividade econômica dominante, isto é, de acordo com Bach: “Nessa região não havia outra coisa a fazer. Havia a criação e comercialização de porcos que movimentava a economia. Como era tudo sertão, quase não havia lavoura” (BACH, 2009, p. 73), desse modo, cultivavam o feijão, o milho, e a mandioca para subsistência e, mais adiante Bach justifica:

Era tudo mato! Os pinheiros estavam em toda parte. [região] Pitanga foi um dos maiores criadores de porcos. No meio da mata, eles se criavam comendo pinhão, gabioba, jerivá e outros frutos nativos. Como era tudo mato, todos criavam porcos soltos, porque não dava para plantar (BACH, 2009, p. 73).

A Figura 6 mostra que apesar de ser do final do ciclo da atuação dos safristas, o mangueirão situado na margem da estrada, entre Pitanga e Roncador, é um exemplo ilustrativo. O cercado construído de taquara era utilizado para criação de porcos presos em mangueiras quando do processo do avanço da colonização.



Figura 6 – Mangueirão para criação de porcos em Pitanga, 1957. Observar a disponibilidade da água e o capoeirão no morro. (Foto de Maurício Coelho Vieira e Tomás Somlo).

Fonte: Biblioteca Digital do IBGE.

Destarte, o principal alimento dos porcos era o milho. Assim, para fazer a roça de milho o caboclo/camponês teve que desbastar 20, 40, 60 ou mais hectares de mata e, depois de seco tudo era queimado para semear o feijão, a mandioca, abóbora e o milho, estes dois últimos utilizados para alimentar os porcos, pois de acordo com Foweraker: “criado à solta na floresta, cada porco necessitava de 5 ha de terra; na safra a proporção era de 5 porcos por ha” (FOWERAKER, 1982, p. 61).

Neste regime de criação de porcos soltos na mata necessitou-se de grandes extensões de terras desocupadas em terrenos devolutos, no entanto, esta atividade é incompatível com o processo de colonização que privatiza as terras e faz o plantio de novas culturas por partes dos colonos e/ou agricultores-proprietários. A prática da agricultura de coivara durante anos se transformou na paisagem desolada da Figura 7. Mesmo que os porcos fossem criados soltos na mata, teriam depois que fazer trilhas, e levar a vara de porcos a pé até o comprador “safrista” da comunidade rural próxima para a engorda final e, depois serem levados a pé até o mercado comprador em Ponta Grossa ou Jaguariaíva (Frigorífico Matarazzo, funcionou de 1920 a 1964), como não localizamos fotografia da vara de porcos entre Campo Mourão – Pitanga - Guarapuava. Utilizamos a Figura 8 da vara de porcos em Ortigueira, na Serra da Boa Esperança para ilustrar a caminhada de uma tropa de porcos.



Figura 7 – Agricultura de coivara entre Pitanga – Campo Mourão, 1948.

Fonte: Acervo Prof. Dr. João José Bigarella.

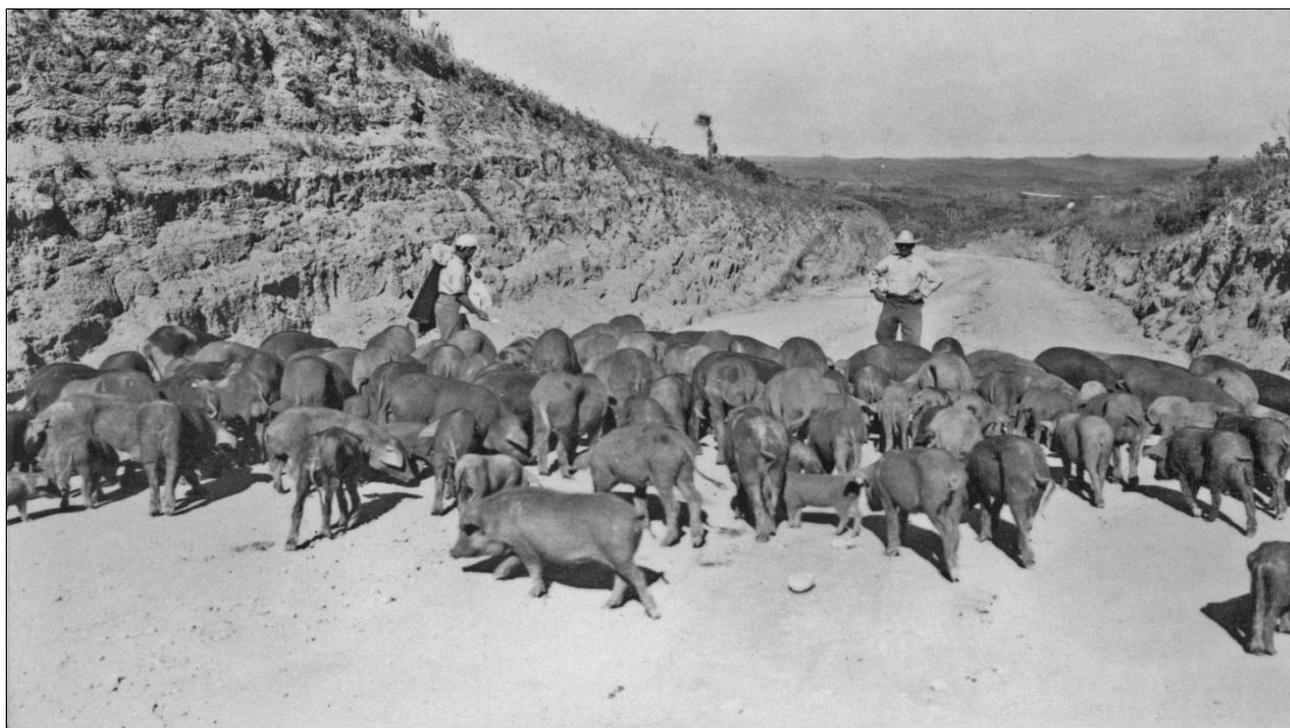


Figura 8 – Vara de porcos perto de Ortigueira, sendo levado para comercialização em Ponta Grossa, 1955. No máximo se podia caminha 6/10 km por dia no período da manhã e de tarde e, em certos locais são provisionados pousos com mangueiras alugadas e/ou improvisadas, os porcadeiros tinham a assistência dos ponteiros - ajudante que vai à frente com o bornal de milho e conta com a ajuda dos cachorros porqueiros treinados para conduzir e sem ferir os porcos. (Foto de Tibor Jablonsky e Orlando Valverde).

Fonte: Biblioteca Digital do IBGE.

A vara de porcos que ilustra a figura acima é do tropeiro tiro-curto (existem os tiros-longos – os mais capitalizados com 800 ou mais porcos), e o safrista menos capitalizado que precisava levar

rapidamente os porcos (pesando entre 6 a 7 arrobas = 100 kg) para os matadouros e/ou frigoríficos, e percorrer a região de origem para adquirir novos porcos para engorda entre os camponeses.

Bach (2009) relata o aparecimento do pequeno comércio e o surgimento de uma classe média camponesa, que começa a ocupar a região:

Em cada canto da região centro-oeste do Paraná. Grandes estruturas foram se formando, tendo os suínos como principal elemento articulador de negócios. Em [comunidade rural] Rio Macacos, Pitanga, havia a firma Francisco Maybuk & Cia Ltda., com enorme mangueira. Tudo girava em torno da comercialização de porcos. A firma tinha uma grande casa de comércio, facilitando o processo de compra e troca de suínos (BACH, 2009, p. 74).

Neste local, se fazia a venda dos porcos ou a troca direta por mercadorias, como o sal (principal insumo para engorda dos porcos), remédios, ferragens, roupas e querosene etc., com os comerciantes da comunidade rural e, mesmo assim, continuava a subordinação com os mercados compradores de Ponta Grossa e Jaguariaíva, pois nestas cidades estavam situados os matadouros e frigoríficos beneficiadores da banha animal.

Entrevistamos Júlio Maybuk, bisneto de colono euro-brasileiro, nascido em 1941, na comunidade rural do Rio dos Macacos, na periferia da cidade de Roncador e que desde criança laborou na empresa familiar Francisco Maybuk & Cia Ltda, do ramo de bodega e de mangueiras de porcos adquiridos na região de Roncador.

A trajetória de vida deste colono é demonstrativa da luta para permanecer na terra, pois a família citada era oriunda da região colonial de Prudentópolis. Nesse sentido, e indagado pelo motivo da migração familiar, o ator social respondeu “[...] viemos pro sertão, atrás de mais terras”. Com família de prole numerosa se necessitou de “obter mais terras” e, assim, acompanhar o fluxo migratório que se dirigia para a *fronteira-aberta* da Serra de Pitanga para a região de Roncador.

Perguntado sobre o acesso a terra:

[...] o meu pai requereu posse de terra de quarenta e poucos alqueires e comprou outras [posses] só que este perdeu tudo para os espertos [grileiros]. [...] na época era difícil ir para Curitiba [regularizar a posse], não tinha dinheiro (JÚLIO MAYBUK).

E mais adiante, acrescentou:

Quando a situação [financeira] melhorou um pouco o meu pai montou uma bodega [secos & molhados] e do lado construiu um mangueirão pra colocar os porcos comprados na região. O negócio era assim: fornecia mercadorias pros criadores de porcos marcando numa caderneta os remédios pra criação, o açúcar e outras mercadorias pra viver. Quando os porcos ficavam prontos [gordos] fazíamos o acerto da conta, descontando o valor das mercadorias retiradas e marcadas na caderneta (JÚLIO MAYBUK).

Ao perguntar sobre os procedimentos para fazer as roças:

[...] pra fazer roças de milho, tem que derrubar o mato com machado e foices e queimar. O plantio do milho e feijão é no mês de agosto pra colher em fevereiro. Um pouco do milho era colhido e separado pra deixar de sementes para a semeadura do próximo ano e depois e só soltar os porcos no milharal pra engordar (JÚLIO MAYBUK).

De qualquer forma, a atividade dos “safristas” entrou em decadência na região entre Pitanga – Roncador, conforme entrevista concedida por Clemente Gaioski para Arnaldo Monteiro Bach (2009, p. 74): “[...] em Rio Macacos, assistiu, quando criança, em 1954, a saída das três últimas tropas de porcos, tocados a pé, com destino a Ponta Grossa”. O processo de colonização oficial regularizou as posses dos posseiros e a subdivisão das terras desocupadas, e a chegada dos novos colonos-proprietários contribuiu para a diminuição da criação dos porcos soltos pelo sistema de “safras” na região de Pitanga – Roncador.

Assim, a colonização foi “empurrando” os caboclos-posseiros para as regiões mais distantes em relação aos centros urbanos de Pitanga a Roncador, a Figura 9 representa o deslocamento deste ator social embrenhado no interior da mata.

De certo modo, os índios, os caboclos, os camponeses e os grileiros de terras constituíam-se atores principais da frente de expansão demográfica do interior paranaense.



Figura 9 – Caboclo-posseiro entre Macaco e Campina do Amoral (Luiziana), 1948.

Fonte: Acervo do Prof. Dr. João José Bigarella.

A Figura 10 retrata a segunda fase, onde a criação dos porcos pelo sistema de “safras” foi substituída pela pecuária, portanto, representou de um lado a nova organização do espaço agrário e de outro a capitalização da terra, isto é, a mercantilização das terras pela colonização dirigida e a criação ou engorda do gado vacum e cavalari para o abastecimento do mercado local ou regional.

A observação da figura abaixo apesar de não mencionar data, provavelmente se refere à década de 1950, quando se processava a colonização oficial e semioficial na região entre Roncador e Campo Mourão.

Os capões das araucárias indicam o tipo solo de menor fertilidade natural implicando na formação de pastagens e o desenvolvimento da pecuária extensiva.



Figura 10 – Fazenda de gado na estrada entre Roncador e Campo Mourão (PR). s/data.
(Foto de Alfredo José Porto Domingues e Hermondino Chagas).
Fonte: Biblioteca Digital do IBGE.

A observação das Figuras 11 e 12 relacionam as transformações da paisagem, pois retrata o primórdio do povoado de Roncador, após a década de 1930, originado pelo avanço dos migrantes caboclos e camponeses eslavos excluídos da terra da região de Prudentópolis; na figura seguinte se pode observar o amplo desmatamento, o plantio de cereais e a casa melhorada e isolada do colono-proprietário.

As construções das casas da população eslava em Roncador é uma reprodução do local de origem, é o local para residir, laborar a terra. O passado está presente na arquitetura das casas, na reprodução das festas, geralmente religiosas, na alimentação etc.

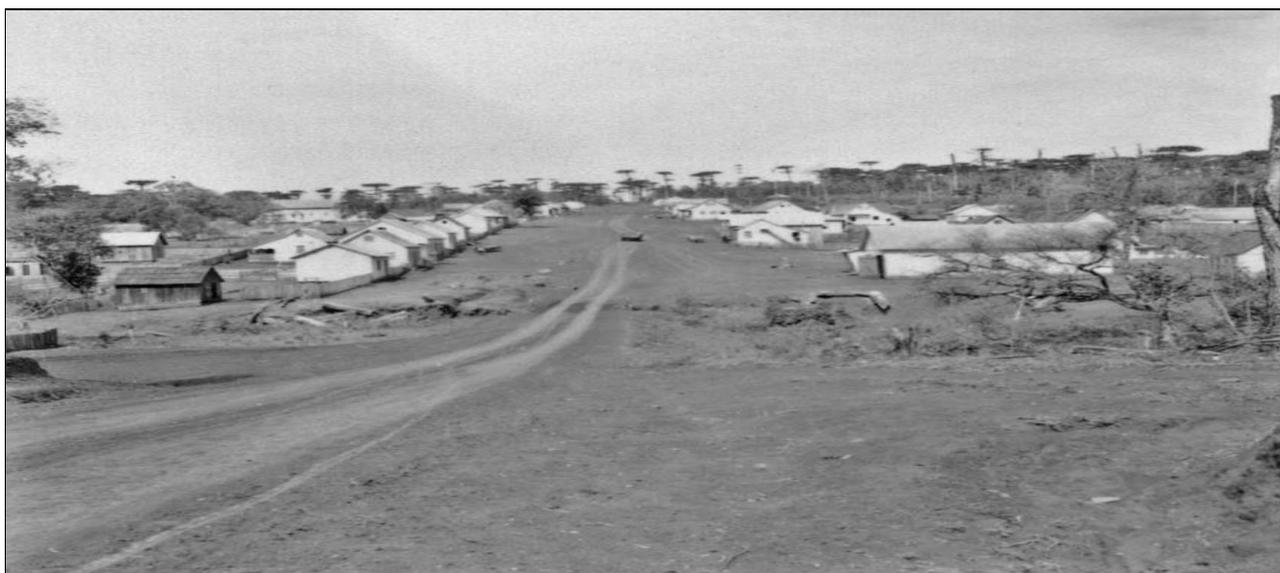


Figura 11 – Vista panorâmica da cidade de Roncador – PR, 1957
(Foto de Maurício Coelho Vieira e Tomas Somlo).
Fonte: Biblioteca Digital do IBGE.



Figura 12 – Paisagem agrária no trecho entre Roncador e Campo Mourão, PR. s/data. (Foto de Alfredo José Porto Domingues e Hermondino Chagas).
Fonte: Biblioteca Digital do IBGE.

É importante destacar que a des-territorialização resultou na re-territorialização em outras condições materiais e simbólicas, em novos contextos e relações (HAESBAERT, 2006). Na des-territorialização do colono eslavo da região de Prudentópolis para a transmigração do grupo para a região de Araruna, trouxeram recursos (materiais e simbólicos) como estratégia para re-territorialização no novo território. Isso pode ser percebido quando Rosa Kurek narrou sua trajetória de vida que se iniciou em 1940:

Eu nasci no faxinal Mato Queimado, em Prudentópolis. Meus pais era colono e plantava batatinha, feijão e trigo. Ai ficou sabendo das terras do governo aqui do sertão e resolvemos vir com dois carroções puxados com quatro cavalos cada, levamos 17 dias pra chegar aqui. Aqui plantamos milho, arroz e feijão que trouxemos

as sementes. O meu pai conseguiu requerimento de 19 alqueires de terras que estamos até hoje (ROSA KUREK).

Mais adiante, Kurek descreveu a sua relação com o meio ambiente local:

Aqui no mato tinha tanta mosca! tinha que fazer bastante fumaça para espantar os mosquitos. Tinha muita onça e cobra no mato! O meu tio trabalhava na roça e foi picado na altura do tornozelo por uma cobra e morreu, não tinha médico aqui perto [Campo Mourão], nesta época em Araruna, tinha umas poucas casas (ROSA KUREK).

Inquerida sobre a posse da terra:

[...] aqui não tinha ninguém era só mato, então plantava pra fazer roça e depois [muitos anos depois] vinha fiscal do governo pra perguntar quanta terra à gente quer. Isso foi em 1945, depois veio o pessoal pra medir a terra que estamos até hoje (ROSA KUREK).

De acordo com Otávio Guilherme Velho (1972), uma das características das sociedades camponesas seria a do trabalho cooperativo, seja para a colheita, construção de casas, manutenção de picadas de uso comum, assim para Kurek: “[...] tinha mutiron pra fazer serviço junto com os vizinhos e à tardinha tinha baile pra comemorar. Foi assim que fizemos a picada ligando São Geraldo à vila de Araruna, tudo na mão” (ROSA KUREK). Reproduziram os costumes das festas idênticas às do local de origem [Prudentópolis].

Foweraker (1982) destaca que na fronteira de expansão do oeste paranaense, uma das atividades mais rendosas foi a de criação de porcos, e não foi diferente em Araruna, conforme relembra Kurek:

Os porcos eram criados por safra [safra do milho] e levado pra vender a pé. Antes de viajar tinha que treinar os porcos no chiqueirão. Era vendido em Londrina. Tinha que comprar sal pros porcos lambar, senão não engorda. Com a venda dos porcos ganhava um pouco de dinheiro, pra comprar outras mercadorias (ROSA KUREK).

Perguntamos também sobre a plantação do café em solo arenoso de Araruna: “Café plantamos um pouco, mas começou dar ferrugem [doença] e geadas, aí tiramos tudo” (ROSA KUREK).

Outro ator social entrevistado foi Martinho Batista Guimarães, de 76 anos que apossou terras no divisor de águas dos rios Piquiri e Ivaí lembrou:

Quando chegamos aqui no Barreiro do Oeste [Boa Esperança] só tinha mato, levamos vinte dias andando de carroça pra vir de Imbituva [região de Ponta Grossa]. Viemos andando por picadas no meio do mato pela estrada velha que passava pela vila do Roncador até Campo Mourão e depois seguimos por outra picada pro Pensamento [povoado] até chegar aqui. Este lote compramos do governo, pagamos em quatro prestações com o dinheiro que ganhamos criando e vendendo porcos (MARTINHO BATISTA GUIMARÃES).

Mais adiante acrescentou:

No começo fizemos umas roças de milho, abóbora, feijão, arroz. O milho e a abóbora era para os porcos que criávamos pra vender só um pouquinho pra ganhar dinheiro. No começo fazíamos as compras de sal pra dar aos porcos em Pitanga. Campo Mourão era fraco de comércio (MARTINHO BATISTA GUIMARÃES).

Indagado sobre as picadas existentes: “Tinha o caminho dos paraguaios [picada do Alica] que ia lá para o [rio] Piquiri. Ouvimos falar que tirava a erva-mate lá pro lado do Mamburê e levava para o rio Paraná” (MARTINHO BATISTA GUIMARÃES).

Quanto à agricultura inicial:

Nós plantamos alguns pés de café, mas não deu certo. O governo pagou pra tirar e nós arranquemos tudo e começamos plantar arroz, feijão, milho. O arroz de 60 quilos em casca que levamos pro maquinista ele ficava com 20 e nós com 40 [%]. Enquanto que o algodão era só sofrimento. Muito veneno e apareceu o bicudo (inseto) e daí acabou, não plantamos mais (MARTINHO BATISTA GUIMARÃES).

Em outra entrevista, João Pietrovski relatou sobre a migração por etapas e nesta entrevista pode-se perceber que os caboclos-posseiros foram “empurrados” para regiões mais distantes:

O meu pai é de Contenda foi pro Rebouças e depois foi aprofundando [migrando] pra novas regiões e até que em 1952 procurando terras férteis chegamos aqui no Mixirica [comunidade rural de Juranda]. Viemos pela picada que passava pelo Pensamento, Catatumba o caminho dos paraguaios e mais lá no fundo e que tava o pessoal mais antigo, iam mais pra dentro do mato (JOÃO PIETROVSKI).

Quanto à frente de expansão o entrevistado quando indagado, disse se praticou na época, pequena produção mercantil:

Criamos porcos soltos [extensivos]. O que tinha valor era a banha, a carne não tinha muito valor. Os porcos daqui era vendidos em Ponta Grossa. Muito pouco era vendido em Apucarana, tinha que passar por balsa no rio Ivaí e vencer a subida do mamão que quando chovia ficava dois, três dias lá. Tinha o atravessador que comprava os porcos em Campo Mourão e Mamborê. O porco quando vendido tinha desconto de vinte por cento. O porco pronto pra vender deve ter peso de sete a oito arrobas. O porco e que dava dinheiro até os anos de 1970/75 (JOÃO PIETROVSKI).

Fez uma comparação também da percepção ambiental ao mencionar sobre a formação florestal da época da colonização:

Aqui [Mixirica] não tinha muitos pinheiros, tinha mais lá para os lados de Mamborê. Lá teve muito pinhal. O pessoal plantou café, mas a geada queimou tudo. O que mais plantamos foi feijão, amendoim, arroz e milho. O algodão foi forte entre 1970 e 1980. Aqui não deu pra plantar hortelã, mas na beira do Piquiri deu muita hortelã. Entre 1955/1965 oitenta por cento do mato foi derrubado (JOÃO PIETROVSKI).

Mais adiante acrescentou: “Nesta época de cada dez caminhões que entrava aqui sete traziam mudanças do pessoal do norte do Paraná, vinha muito nordestino pra trabalhar nas plantações [de algodão] dos colonos” (JOÃO PIETROVSKI).

A Figura 13 retrata a devastação da Mata Pluvial Tropical em solo arenoso da região de Araruna. A presença da samambaia é um indicador ambiental da degradação da mata original. Os galhos retorcidos são testemunho das queimadas feitas para preparar o terreno para fazer as roças e no máximo em dois anos se abandona o local para repetir o processo em terrenos mais adiante.

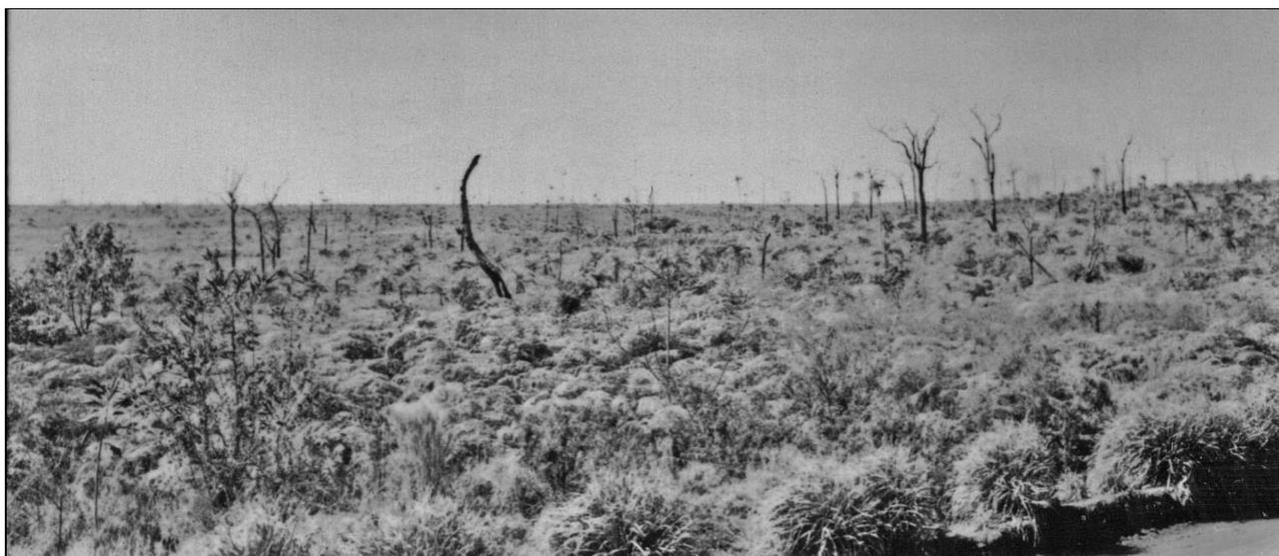


Figura 13 – Tapera de samambaia, Araruna – PR, 1955
(Foto de Tibor Jablonsky e Orlando Valverde)
Fonte: Biblioteca do IBGE.

A Figura 14 demonstra algumas construções de casas em madeira, na periferia do povoado de Araruna em 1948, especialmente, observa-se a cobertura rústica e de tabuinhas. Uma delas coberta com capim-sapé (material que era abundante no local). Já a construção que se observa na Figura 15 é de uma bodega (secos & molhados), estabelecimento comercial típico nas frentes de expansão territorial no interflúvio dos rios Piquiri e Ivaí.

Através da Figura 15 é possível observar o centro de Araruna. Nessa área as construções eram de melhor qualidade e revelava a melhoria das atividades econômicas e também o aumento do fluxo migratório. Ao fundo da imagem pode-se também perceber pinheiro na Floresta Estacional Semidecidual.

O núcleo urbano de Araruna foi construído no alto de uma colina, à margem da Estrada Boiadeira, e emancipado do município de Campo Mourão em 26 de novembro de 1954.



Figura 14 – Vista panorâmica da periferia de Araruna, 1948.
Acervo: Prof. Dr. João José Bigarella.



Figura 15 – Vista panorâmica de Araruna, 1948.
Acervo: Prof. Dr. João José Bigarella.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que o processo de apropriação territorial na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense se iniciou a partir de meados do século XX, com o aporte na região das primeiras famílias e amigos dos camponeses-posseiros, oriundos do interior mineiro e paulistas.

De qualquer forma a chegada dos atores sociais na “fronteira-livre” do vale do Piquiri-Ivaí foi mediada pela des-re-territorialização, em que a formação do fluxo migratório de camponeses, colonos e caboclos e compreendida de modo dialético em que a desterritorialização (região de origem) implica na reterritorialização em regiões distantes.

Deste modo, a população se territorializou na região do Campo do Mourão e nas pequenas manchas de campos (Campina do Amoral (Luiziana) e Campina da Lagoa) periféricas se utilizou de uma rede de informações sobre a disponibilidade de terras-livres no sertão do noroeste paranaense, até então, quase que despovoados e situados em terrenos devolutos (terras públicas não tituladas).

De qualquer forma, se a ocupação inicial foi realizada por agricultores mineiros e paulistas em segundo momento, teve a contribuição de caboclos e colonos escravos oriundos da antiga região colonial de Irati e Prudentópolis em que se surgia excedentes populacionais e a estes o acesso à terra e a reprodução social se realizou as regiões florestadas dos vales dos rios Piquiri e Ivaí.

Podemos afirmar que a ocupação territorial regional, também foi precedida pelos interesses geopolítico do Estado, pois a este agente coube o financiamento para a construção das redes de picadas e picadões de penetração e, também, para o escoamento da pequena produção mercantil para os centros urbanos em primeiro momento para Pitanga, Guarapuava e Ponta Grossa e, posteriormente, após a década de 1945, em direção para Maringá acompanhando os trilhos da estrada de ferro da frente pioneira cafeeira na região norte novo paranaense.

4. REFERÊNCIAS

BACH, Arnaldo Monteiro. **Porcadeiros**. Ponta Grossa: edição do autor, 2009.

BATHKE JUNIOR, Wille. José Luiz Arana, 35. **Tribuna do Interior**, 28 abr. 2002. Especial: Projeto Raízes. (com informações de Lúcio Arana),

BATHKE JUNIOR, Wille. Família Custódio de Oliveira, 47. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 21 jul. 2002. Especial: Projeto Raízes.

BATHKE JUNIOR, Wille. Deolinda Luiza Pereira, 20. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 13 jan. 2002. Especial: Projeto Raízes.

BATHKE JUNIOR, Wille. Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 2001, p. 7. Especial: Projeto Raízes.

BATHKE JUNIOR, Wille. Quirino Dornelles Barboza, 21. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 20 de jan. 2002. Especial: Projeto Raízes.

BATHKE JUNIOR, Wille. Francisca Teodora Pereira, 41. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 09 de jun. 2002. Especial: Projeto Raízes.

BATHKE JUNIOR, Wille. José Luiz Pereira, 27. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 03 de mar. 2002. Especial: Projeto Raízes.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 3, Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

CARVALHO, Ely Bergo de. **A Modernização do Sertão: Terras, Florestas, Estado e Lavradores na Colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

FLOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra: a Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

http://tasabendo.com.br/passadoPresente/geral/20915/Campo_Mourao_em_1926.html. Acessado no dia 23 de janeiro de 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LARA, João Maria de. **Campo Mourão: 100 anos do desbravamento 1903-2003 – uma homenagem à família Pereira**. Campo Mourão: Kromoset, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. São Paulo: Hucitec, 1980.

PARANÁ. **Relatório apresentado por Francisco Gutierrez Beltrão**. Curitiba: SVOP, 1907.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Mappa do Município de Guarapuava**. Guarapuava: Prefeitura Municipal de Guarapuava, 1928.

SANTOS, Gislaene Aparecida dos Santos. Rede e territórios: reflexões sobre migração. In DIASW, L. C.; SILVEIRA, R. I. **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Sociais: Trajetória e Fronteiras**. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. I. da. **Redes, Sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada Boiadeira**. Guarapuava: edição do autor, 2001.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: Centro do Progresso**. Maringá: Bertoni, 1999.

Entrevistas concedidas para o autor deste artigo:

JOÃO PIETROVSKI, em 15 de janeiro 2013;

JÚLIO MAYBUK, em 30 de janeiro de 2013;

MARTINHO BATISTA GUIMARÃES, em 14 de janeiro de 2013;

ROSA KUREK, em 13 de janeiro de 2013.